

CONTRIBUIÇÕES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O PLANEJAMENTO E A GESTÃO DOS DIVERSOS SABERES

CONTRIBUTIONS OF INSTITUTIONAL ASSESSMENT FOR THE PLANNING AND MANAGEMENT OF OTHER KNOWLEDGE

Maria Newmann Valgueiro¹

Isaque Semeão Prazeres²

Daniel de Oliveira Quaresma³

Resumo: Este documento foi elaborado tendo por base a análise crítica quanto ao processo de avaliação da aprendizagem, e a importância da avaliação institucional, nas visões dos seguintes autores: 1. ABREU JÚNIOR, N. de, com o Artigo “Sistemas de Avaliação da Educação Superior Brasileira”, que discerne quanto à Avaliação Institucional, o Sistema Brasileiro de Avaliação da Educação Superior e a Qualidade acadêmica; 2. BRANDALISE, M.A.T., com o Artigo: “Avaliação Institucional da Escola: conceitos, contextos e práticas”, que enfoca a Avaliação Institucional externa, Autoavaliação de

1 Mestranda em Ciências da Educação e Multidisciplinaridade pela FACNORTE - Faculdade do Norte do Paraná, Disciplina Avaliação Institucional e Planejamento e Gestão dos Diversos Saberes.

2 Graduado em Processos Gerenciais pelo Centro Universitário Internacional – UNINTER, Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica – PUC – Rio de Janeiro, Doutor em Educação, pela VENI CREATOR CHRISTIAN UNIVERSITY - FLORIDA U.S.A. (2021).

3 Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Fundação de Ensino Superior de Olinda FUNESO/UNESF (1987); Pós - graduado (Lato Sensu) O Ensino da Geografia com Ênfase na Questão Ambiental, pela Fundação de Ensino Superior de Olinda FUNESO/UNESF (2005). Mestre em Educação (stricto sensu), pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC - RIO (2017); (stricto sensu), Doutor em Educação, pela VENI CREATOR CHRISTIAN UNIVERSITY - FLORIDA U.S.A. (2021) ; Computação e Tecnologia da Informação TI. Núcleo de Informática e Computação (NIC) Universidade Católica de Pernambuco. UNICAP;(1983), Fiz parte da equipe multidisciplinar (bolsista) da ESCOLA ABERTA DO BRASIL E- TEC BRASIL. Sou Servidor Público Federal IFPE, desde 1982 exerci a função de Assessor e Diretor Substituto, da Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento de Tecnologia DADT/ IFPE (2020 - 2023); Atualmente Assessor da Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI / REITORIA - IFPE (2023).

escolas, e Desenvolvimento institucional; e, ainda: 3. SOUZA, S.M.Z.L, com a Resenha “Avaliação Institucional: elementos para discussão”, que discute as Práticas avaliativas, o Projeto da escola, e a Importância da Promoção da qualidade do trabalho. Nosso objetivo principal na produção deste artigo foi realizar uma análise crítica comparativa acerca das contribuições da Avaliação Institucional para o planejamento e a gestão dos diversos saberes, tomando como base os temas principais que se apresentam nos artigos e resenha analisados. Na nossa metodologia, efetuamos, também, pesquisa bibliográfica de outros autores, para enriquecer nossa fundamentação teórica e elaboração do presente Artigo.

Palavras chaves: Avaliação Institucional. Sistema Brasileiro de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Projeto Pedagógico da escola (PPP). Desenvolvimento institucional.

Abstract: This document was prepared based on the critical analysis regarding the evaluation process of learning, and the importance of institutional assessment, in the visions of the following authors: 1. ABREU JR, N., with the Article “Systems of Higher Education Evaluation Brazilian” that discerns as the Institutional Assessment, the Brazilian System of Higher Education Evaluation and academic quality; 2. BRANDALISE, MAT, and Article: “Institutional Assessment of School: concepts, contexts and practices”, which focuses on the external Institutional Assessment, Self-assessment of schools, and institutional development; and yet: 3. SOUZA, SMZL, with the Review “Institutional Assessment: elements for discussion”, which discusses the Assessment practices, the design of the school, and the importance of improving the quality of work. Our main goal in producing this paper was to perform a comparative analysis on the critical contributions of Institutional Assessment for planning and management of diverse knowledge, based on the main themes that are presented in the articles and review analyzed. In our methodology, also, we make bibliographical research of others, to enrich our theoretical foundation and preparation of this article.

Keywords: Institutional Assessment. Brazilian System of Higher Education Assessment (SINAES).

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como proposição analisar os pensamentos sobre Avaliação Institucional, dos autores ABREU JÚNIOR, N. (2009) ; BRANDALISE, M.A.T. de (2013); SOUZA, S. M. Z. L (2011) com os seus respectivos arquivos; fazendo um comparativo com a visão de outros autores. Pretende, também, apreciar de forma reflexiva, a avaliação institucional no Brasil, e a influência do Estado, no âmbito Federal, Estadual e Municipal, com sua visão política e atitudes, na busca de uma educação de qualidade.

Por meio dessa visão pedagógica, serão apresentadas as ações integrantes para a educação brasileira, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB); Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM); O Exame Nacional de Cursos (ENC – denominado “Provão”), sem deixar de lado o carro chefe desse nosso arquivo científico que é o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) e o Sistema Brasileiro de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Avaliaremos de forma geral e isonômica, os problemas vivenciados pelas instituições de ensino básico, médio e as IEF (Instituições de Ensino Superior) na prática do processo avaliativo, ressaltando a questão dos aspectos quantitativo e qualitativo do mesmo; bem como, o lado preocupante da realidade atual do Brasil, nesse cenário educacional.

Será evidenciado que o papel do planejamento estratégico nas instituições, não é só para cumprir a legislação vigente; mas, principalmente, como condição para a sobrevivência de mercado, cada vez mais competitivo, com a corrida alucinante e desenfreada pelo “querer mais”, ‘atropelando’ conceitos e direitos.

A palavra avaliação faz parte do cotidiano dos responsáveis pela condução dessas instituições diversas e IEFs, no Brasil, em função dos objetivos vigentes; mas existe uma pressão que as instituições de Ensino brasileiras sofrem, para conseguir resultados que qualifiquem os serviços edu-

cacionais e suas diversas formas de avaliação.

Por fim, mostraremos também, as dificuldades que nós educadores enfrentamos no dia-a-dia com a educação no Brasil, e os comparativos com a educação além fronteiras.

SISTEMA(S) DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA E SUA RELAÇÃO COM A QUALIDADE DO ENSINO

Observamos que a questão central da avaliação da educação superior e sua relação com a qualidade do ensino, no artigo de ABREU JÚNIOR (2009), preocupam-se com a necessidade de mercado e com a realidade dos dias de hoje. A prática da avaliação institucional é colocada, na gestão universitária, de forma racionalizada. A qualidade é colocada em evidência e busca, de forma acelerada, a competitividade de mercado mundial.

Percebe-se que a sociedade associa a qualidade a todos os valores que possam ser favoráveis, desde a empregabilidade, sucesso nas diversas áreas dos egressos, tecnologia dos laboratórios etc. Ressaltamos que a educação superior é nada mais e nada menos do que um serviço prestado; e que o grau de satisfação do cliente é alcançado por meio de avaliações dos estudantes, padrões e ex-alunos (egressos). Tudo isso ocorre, por considerar o aluno o carro chefe primordial dentro das universidades; e não a sociedade.

Os objetivos básicos dos Sistemas de Avaliação Educacional predominam na melhoria da qualidade das instituições educacionais; mas, como bem salienta o autor ABREU JÚNIOR (2009), sabemos que este ato é executado, muitas vezes, de forma ingrata, pois:

“A qualidade da educação em todos os níveis, (segundo Yarzabal, Vila e Ruiz (1999), parece ser um dos requisitos fundamentais do desenvolvimento científico e tecnológico de qualquer país. O mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento progridem aceleradamente para novas formas de organizar a produção, distribuição e uso do conhecimento”.

Todo esse tratamento, quando se fala em qualidade e competitividade, dá-se por conta de uma ordem social e com resultados bastante variados: crises econômicas, prestação de contas; onde de fato pesa, fortemente, a opinião pública. Observamos, também, que as exigências são cada vez maiores por parte da população, o que acarreta conflitos e uma grande demora nas ações e resultados.

A qualidade na educação é colocada em prática de forma relativa, onde de um lado temos a qualidade pretendida pelo setor acadêmico; e do outro, a qualidade buscada pelo Estado. A forma adotada pelo mundo acadêmico é o quantitativo sobre a qualidade, onde se tem um investimento no corpo docente a nível de professores doutores, sem deixar de lado as publicações em revistas. A qualidade é vista como uma distância insignificante quanto ao ideal.

Os Estados brasileiros em escolas de ensino fundamental e médio utilizam o incentivo financeiro aos seus gestores e corpo docente, quando essas escolas atingem as referidas metas. Poderemos nos certificar, se observamos tais resultados na publicidade adotada pelas IES do segmento privado.

A qualidade na educação, frente à competitividade do mercado.

A concepção de ABREU JÚNIOR (2009) quanto ao Sistema de Avaliação da Educação Superior Brasileira é que dentro do contexto educacional, aparecem entre outras grandes tendências nessa nova realidade educacional: ‘as novas demandas que a sociedade e a economia projetam sobre os sistemas educativos, no marco da internacionalização, e a busca incessante da competitividade no mercado mundial’. Situações com esse perfil são observadas e até mesmo vivenciadas em escolas e faculdades brasileiras.

A nova realidade de mercado educacional se estende de forma totalmente financeira (lucrati-va); e, com isso o ponto de vista pedagógico se esvai, enfraquece, perde a razão. A função do professor é vista como nada mais do que o repasse dos interesses comerciais. O aluno passa a ser cliente e sempre tem razão. Com a modernidade do ensino tradicional, os valores e as hierarquias vão ficando para trás.

ABREU JÚNIOR (2009) destaca, também, que a qualidade na educação virou uma competitividade de mercado e uma corrida louca para a quantidade. Os gestores pensam: ‘Vamos correr atrás de mais respeitáveis doutores e especialistas de áreas, para dar destaque aos interesses pessoais (empresariais), enfraquecendo, assim, os seus concorrentes’. Benefícios são assegurados aos que atingirem as metas determinadas pelos gestores. Dessa forma, ABREU JÚNIOR (2009) apud Broth, (1995); Yarzabal, Vila & Ruiz, (1999) resume:

“A avaliação se processa pela seleção de um número de indicadores de rendimento que permitam estabelecer uma ordem hierárquica e das instituições e de diferentes programas”.

Se fizermos um comparativo dos sistemas de avaliação em outros países, são observadas as estruturas e as formas de regulação dos sistemas educativos. Quando a autonomia das universidades e o que é investido e como é investido, se tem uma aferição ou modelo de indicadores dependem dos resultados da avaliação externa, pelo autor “denominada aferição de resultados ou modelo de indicadores”.

Outro modelo de avaliação adotado por outros países, é a “autorregulação”, que é praticada pelas próprias instituições desses países. Apesar de ser um processo democrático, ela é lenta. Temos muitos países na Europa e na América Latina seguindo esse modelo. O mesmo é trabalhado com um nível de maturidade dessas instituições, e exige tempo prolongado.

No Brasil, a regra é bem diferente. O que vale é a concorrência e o lucro. Infelizmente a concorrência desenfreada, tem contribuído para a má qualidade do ensino. Em análise no Congresso Nacional desde 2011, O Plano Nacional de Educação (PNE), traçou objetivos e metas para o ensino no país em todos os níveis (infantil, básico e superior), para serem executadas até 2020. O Ministro da Educação Aluísio Mercadante informou no programa de rádio ‘Bom Dia Ministro’, em setembro de 2013, o seguinte:

“que o dinheiro dos royalties do petróleo vão começar a ter um efeito mais de-

crucial na educação a médio prazo, daqui “sete ou oito anos”, quando pela previsão do governo a exploração do campo de Libra, na Bacia de Santos, esteja em pleno funcionamento. “A médio prazo os royalties vão ser absolutamente imprescindíveis”, disse Mercadante. “A nossa estimativa para os próximos 30 anos é de um crescimento da ordem de R\$ 368 bilhões no investimento em educação, no mínimo, podendo chegar a R\$ 500 bilhões, ou seja, meio trilhão de reais.” (G1 EDUCAÇÃO)

ABREU JÚNIOR (2009) acrescenta RISTOFF & GIOLO, (2006), os quais assinalam a importância do antigo PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras), com referência para o novo sistema de avaliação. Já o SINAES substituiu o modelo anterior, em 2004. Essas ações, tiveram aval do ex Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, baseando-se, entre outras, em experiências do PAIUB.

AValiação INSTITUCIONAL DA ESCOLA: CONCEITO, CONTEXTOS E PRÁTICAS

Os pontos principais do Artigo de BRANDALISE, Mary (2013) que devem ser aqui apresentados são: a importância da “Avaliação externa”; da “Autoavaliação escolar”; e as ‘Dimensões’ ou ‘pontos de abrangência que deverão ser avaliados’ servindo de embaixadores da ‘Operacionalização do processo de autoavaliação da escola’, onde apresenta:

“o referencial proposto por ALAIZ, Góis, Gonçalves (2003), o qual propõe as seis Áreas ou Dimensões: ‘Contexto externo’, ‘Contexto interno’, ‘Organização e gestão’, ‘Ensino e aprendizagem’, ‘Cultura da escola’, e ‘Resultados educacionais’”.

“A escola para se autoavaliar precisa construir um referencial de análise considerando a sua identidade institucional, seus sujeitos e as finalidades da avaliação. O primeiro passo é a definição de dimensões, categorias de análise ou subdimensões, e aspectos (indicadores) a serem avaliados”.

A autora nos apresenta “novas concepções e compreensões sobre os processos avaliativos na contemporaneidade”, discute a fundamentação teórica acerca da Avaliação Institucional da escola, e

a utilização dos resultados da mesma, na elaboração do seu Plano de Ação, contribuindo para o desenvolvimento institucional. E ressalta em seu artigo a importância da auto-avaliação escolar:

“... a avaliação, se entendida como uma análise crítica da realidade é fonte valiosa de informação, problematização e ressignificação dos processos educativos, conseqüentemente, tem função estratégica no desenvolvimento institucional da escola e na gestão educacional”.

o “Reconhecimento da interdependência dos múltiplos objetos de análise da avaliação institucional e dos seus níveis de estrutura sociológicos”;

Os processos avaliativos vistos numa perspectiva ampliada, ‘não se atendo apenas aos resultados do rendimento escolar, mas a todos os elementos que permeiam o processo ensino-aprendizagem, ou seja, a toda a realidade educativa’;

“Noção de estrutura define realidades diferentes: as macroestruturas (sistemas educacionais); as mesoestruturas (as escolas), e as microestruturas (as salas de aula)”.

O SINAES tem três tópicos de relevante atuação: a avaliação das Instituições e do total desempenho do corpo discente; observar e acompanhar a pesquisa e a extensão, a questão da responsabilidade social, a desenvoltura discente, a questão da instituição, corpo docente e de forma geral, tudo que estiver relacionado com a instituição.

A Avaliação Diagnóstica da instituição constante dos Relatório da CPA (Comissão Própria de Avaliação) deve apresentar os dados concretos da realidade da Instituição avaliada, com a prestação das informações solicitadas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), e considerando as 10 Dimensões institucionais propostas pelo SINAES:

- “• A missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização;
- A responsabilidade social da instituição,
- A comunicação com a sociedade
- As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo;
- Organização e gestão da instituição;
- Infraestrutura física;

- Planejamento e avaliação;
- Políticas de atendimento aos estudantes;
- Sustentabilidade financeira”. (CPA/IFPE 2010)

As CPAs não devem mascarar os resultados, visando favorecer os interesses dos governantes e dirigentes da instituição, pois a Avaliação Institucional da escola é de suma importância para toda a comunidade acadêmica. O conhecimento das deficiências e necessidades existentes, apresentados na CPA deve ser com vistas a posterior tomada de medidas, no intuito de intervir, positivamente, no movimento institucional da escola.

O INEP define que “A Comissão Própria de avaliação (CPA) é prevista na Lei n.º 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES:

Tem como atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação de informações solicitadas pelo Inep.

Assume um papel preponderante no conjunto dos demais procedimentos avaliativos que compõem o SINAES.

Possui como um dos principais referenciais o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)”.

COMO FAZER PARA MELHORAR OS RESULTADOS A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL?

Se a escola usar a autonomia administrativa a ponto de prejudicar a avaliação institucional, perde a oportunidade uma avaliação com resultado satisfatório, e de ser merecedora de crescimento e desenvolvimento.

Quando a instituição recebe do MEC o Termo de Saneamento, precisa tomar medidas importantes, antes da próxima avaliação do MEC, analisando: o que precisa ser feito em cada dimensão, quais as orientações do SINAES, da CONAES e do Relatório da CPA da Instituição, quais os Planos de Ação, em que prazos deve ser executados, quem serão os responsáveis por cada ação, entre outras decisões.

Existe a Avaliação Institucional (avaliação geral da escola) e a Avaliação de cada Curso ofertado pela escola; e chega o dia em que esta pode ser obrigada a deixar de ofertar vagas para novos estudantes para o curso que recebeu duas notas baixas, como 2, ou menos de 2, na escala de 0 a 5 do MEC. O ideal é haver reunião do colegiado do curso com os gestores, quando os cursos estão em situação de risco de ser suspenso pelo MEC, por deficiência nas condições de funcionamento.

Quando isso ocorre, a escola deve procurar fazer os ajustes necessários, com nova estrutura, nova metodologia nos trabalhos da CPA e dos gestores; pois, não adianta na avaliação do curso o desempenho e capacidades dos professores e administrativos, e a organização do curso tirar nota alta. Se a estrutura da escola receber nota baixa, por causa da avaliação das salas de aula, laboratórios, biblioteca, sala de estudo, materiais utilizados em sala de aula, entre outros aspectos, leva o curso a receber nota final baixa, menos de 3, o que é preocupante.

Se a escola recebe do MEC as instruções do que deveria fazer para atender os requisitos necessários ao Reconhecimento do curso, e na próxima avaliação o MEC não vê as mudanças esperadas serem cumpridas no todo, ou em grande parte, a escola pode sofrer a sanção de suspensão do funcionamento do curso avaliado.

Há uma relação intrínseca entre a gestão democrática com a participação de todos os segmentos da escola e a qualidade de educação. Um exemplo do Projeto Pedagógico que será de grande contribuição para avaliação da escola, se for cumprido em suas orientações, é o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu do IFMG PROEJA, que apresenta entre os eixos curriculares propostos (IFMG-CAMPUS BAMBUÍ.,2010):

“a Gestão Democrática e Economia Solidária, embasadora Relação entre gestão e qualidade da educação; pressupostos e princípios da gestão democrática da educação; gestão de programas e projetos educacionais; projeto político-pedagógico como instrumento de gestão democrática; processos de construção de projetos político-pedagógicos; gestão e organização de tempos e espaços escolares; mecanismos de consulta e de controle social da educação; articulação da gestão da educação com outras políticas setoriais; articulação da gestão da educação com outras políticas setoriais; articulação da gestão educacional com outros movimentos sociais; avaliação insitucional e da esco-

la, pressupostos, princípio, métodos e diretrizes; cooperativismo e economia solidária”.

ANDRADE (2012) salienta que “Superar as contradições inerentes a própria experiência democrática nacional e consolidar a relação intrínseca entre a gestão democrática da educação e sua qualidade socialmente referendada pela comunidade que participa e constrói a escola que almeja”.

Concordamos com BRANDALISE (2013) apud (Bonniol, 2001; Fernandes, 2002), os quais sugerem “que as abordagens - ‘quantitativa e qualitativa’ de processo de Avaliação Institucional de escolas devem ser entendidas como complementares e serem usadas em função das necessidades do processo avaliativo”. A transformação dos dados quantitativos do processo avaliativo em dados qualitativos, favorece a melhor qualidade de toda a escola.

O INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) (Portal INEP/Avaliação Institucional), apresenta a Avaliação Institucional como um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) como importantes para:

“à melhoria da qualidade da educação superior;
à orientação da expansão de sua oferta;
ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social;
ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional”. (inep.gov)

O Estado, os professores e demais gestores das escolas têm papel fundamental frente ao processo avaliativo, na garantia dos direitos dos cidadãos a uma escola de qualidade para todos, prevista na Constituição Federal, com cita PESSOA (2014):

“O direito a educação é um direito fundamental a todos os cidadãos brasileiro amparados pela a nossa Carta Maior, no seu artigo 6º, portanto é um direito humano fundamental que ocupa um lugar de destaque nos rol dos direitos

humanos, portanto é um direito essencial e indispensável para o exercício da cidadania de todos os brasileiros. Entres todos os direitos humanos e o direito a educação é indispensável ao cidadão”.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: ELEMENTOS PARA DISCUSSÃO

Há muito que governos buscam de forma insistente, organizar processos eficazes de avaliação institucional, os quais possam resultar em claros apontamentos, que os conduza à excelência processual da avaliação do ensino.

Nesta busca, não se pode negligenciar qualquer instrumento humano ou material que, possa contribuir para a constatação da qualidade e eficiência do ensino nas escolas. Sem a avaliação dos membros envolvidos diretamente no processo educacional, é impossível se obter resultados confiáveis que resultarão nas mudanças necessárias a um novo direcionamento a ser projetado, seja pelo conselho escolar, ou pela direção da instituição de ensino.

A escola não pode ser apenas um espaço onde se produza mentes capazes de se construir competência, mas o lugar onde está sempre buscando sua auto-avaliação numa reciclagem constante, produzindo não por quantidade, mas pela excelência da qualidade. A estrutura física da escola tem um papel primordial no contexto do ensino aprendizagem, é esta estrutura que a arvora, ou seja, que aguça o desejo da busca pelo conhecimento, devendo assim, ser objeto de constantes avaliações.

A reciclagem ou formação complementar dos mestres deve ser preocupação constante, na construção das ideias de avaliação institucional, visto não só pelo mérito, mas pelo comprometimento com o desenvolvimento técnico, científico e sócio-cultural da instituição. Não se pode generalizar! O insucesso de um grupo de estudantes não deve ser avaliado como o fracasso da escola, quando nos dias hodiernos a tecnologia tem chegado à maioria dos estudantes, possibilitando aos tais, o acesso a maioria das informações desejadas.

Ao longo da história da educação no nosso país vêm se construindo, cada vez mais, formas e instrumentos que possam contribuir com a melhoria do ensino básico, naturalmente criando siste-

mas de avaliação e sondagem dos métodos aplicados na transmissão do ensino, que resultem em uma educação de qualidade.

Para esse objetivo, o Governo criou o SAEB. E o que é o SAEB?

“O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), conforme estabelece a Portaria n.º 931, de 21 de março de 2005, é composto por dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc).

A Aneb é realizada por amostragem das Redes de Ensino, em cada unidade da Federação e tem foco nas gestões dos sistemas educacionais. Por manter as mesmas características, a Aneb recebe o nome do Saeb em suas divulgações; A Anresc é mais extensa e detalhada que a Aneb e tem foco em cada unidade escolar. Por seu caráter universal, recebe o nome de Prova Brasil em suas divulgações”. (portal INEP).

Para quê o SAEB? Pode-se indagar diante do desconforto de ter seu trabalho cotidiano avaliado, porém deve-se entender que a educação por si mesma é avaliativa, e se não houver essa avaliação, tende-se a mesmice, pois o mundo gira e com ele os avanços metódicos, técnicos e tecnológicos também, além disto:

“Quando estamos junto a pessoas, a qualificação e a decisão necessitam de ser dialogadas. O ato de avaliar não é um ato impositivo, mas um diálogo, amoroso e construtivo. Pessoas quando estão sendo avaliadas, necessitam e devem participar da sua própria qualificação, frente aos critérios que estão postos e que também podem ser partilhados. Sem essa participação, a avaliação de pessoas pode tornar-se simplesmente um julgamento classificatório e não uma verdadeira prática de avaliação” (FERNANDES e STRIEDER apud LUCKESI, 2003, p.37).

FERNANDES e STRIEDER (2010) apud LUCKESI (2003), acrescentam que: “Vivemos um período de busca de inclusão, mas praticamos a exclusão”, e que a avaliação da aprendizagem, () “passa por uma mudança de concepção”:

“a) que admita o ser humano como ser em movimento, em construção;

- b) que o ser humano se desenvolve por princípios ativos e complementares: o formativo (interno) e o organizativo (na interação com o meio – natural, cultural, social e psicológico);
- c) que admita educadores com formação consistente e adequada no âmbito profissional;
- d) que admita a necessidade de acolher educandos, nutri-los, sustentá-los e confrontá-los amorosamente”.

As contribuições tanto dos mestres como dos discípulos, devem ser vistas com bastante atenção, uma vez que são estes que vivenciam a realidade da aprendizagem propriamente dita, como podemos observar quando LIRA et al. apud Dias Sobrinho (2012, p. 61) afirma que:

“A avaliação institucional deve ser promovida como um processo de caráter essencialmente pedagógico. Não se trata apenas de conhecer o estado da arte, mas também de construir [...] reconhecer as formas e a qualidade das relações na instituição, constituir as articulações, integrar as ações em malhas mais amplas de sentido, relacionar as estruturas internas aos sistemas alargados das comunidades acadêmicas e da sociedade. A avaliação institucional não é instrumento de medida, atividades de indivíduos isolados, nem de trabalhos descolados de seus meios de produção; não é mecanismo para exposição pública de fragilidades ou ineficiências de profissionais individualizados. A avaliação institucional deve ser promovida como processo de caráter essencialmente pedagógico”.

A avaliação institucional não deve ser instrumento de sondagem com propósitos diferenciados do SAEB. O respeito ao profissional da educação, trará o mesmo, a contribuir com o objetivo real da avaliação institucional. É importante que de antemão formem-se comissões, deliberando por um calendário, com divulgação prévia a todos os envolvidos na avaliação, o que trará aos mesmos o senso de participação prévia.

O Projeto de Avaliação institucional

Ao iniciar um projeto de avaliação institucional, deve-se ter em mente primeiro: para quê,

o que é, e por que se está executando a avaliação. Para que: a construção da avaliação institucional, constrói-se para uma finalidade, e esta não é outra se não a melhoria da qualidade de ensino, isto significa que, para se adquirir esta qualidade é necessário aparar as arestas e identificar as causas e efeitos que levarão a identificar onde melhor investir os projetos da área de educação.

O que é a avaliação institucional? É um eficaz instrumento, capaz de detectar vários dados que nortearão ao administrador escolar executar modificações baseada em dados previamente identificados e obtidos através de um questionário, baseando neste pensar, SOUSA (1999, p. 4) apud Sousa (1995, p. 63) resume:

“A avaliação se constitui em um processo de busca de compreensão da realidade escolar, com o fim de subsidiar as tomadas de decisões quanto ao direcionamento das intervenções, visando ao aprimoramento do trabalho escolar. Como tal, a avaliação compreende a descrição, a interpretação e o julgamento das ações desenvolvidas, resultando na definição de prioridades a serem implementadas e rumos a serem seguidos, tendo como referências os princípios e as finalidades estabelecidos no Projeto da Escola, ao mesmo tempo em que subsidia a sua própria redefinição”.

Por que instituir-se a avaliação institucional? Em todos os projetos há a necessidade de avaliação no início da sua feitura, ou no decorrer da aplicabilidade do mesmo, na educação não é diferente, instituiu-se a avaliação institucional porque se percebeu a necessidade de identificar as causas e efeitos que contribuirão para uma melhor percepção das necessidades previstas a curto, médio e longo prazo, que resultarão em definições prévias das tomadas de decisões. DALBEN (2010, p. 137) acrescenta a importância da avaliação institucional participativa:

“Na implantação da avaliação institucional participativa (AIP), o processo que precisa ter cada uma de suas etapas muito bem planejada e operacionalizada, para que todo conflito de interesse seja tratado como uma oportunidade de aprendizagem política e o conhecimento social, garantindo assim, seu viés formador. Nessa interação, as formações individuais e coletivas se complementam na medida em que é pelo coletivo que o individual também se forma”.

Na avaliação institucional é imprescindível a participação coletiva, de alunos, professores, servidores administrativos da escola, empresários ofertantes de estágio, como afirma Müller (2001): “Se as pessoas participam, vivenciam os problemas, os acertos, as relações entre as pessoas, os conflitos, a harmonia, o ambiente de trabalho e, através dessa participação, conhecem como funciona sua instituição”.

A contribuição ao processo deve ser espontânea e solidária, no entanto deve ser discutida uma metodologia que resulte em um excelente trabalho, não podendo, sobre hipótese alguma, negar à comunidade a validação da prática empregada na avaliação institucional. Segundo GADOTTI (1999, p. 4) apud VIANNA, H. M. “para avaliar é preciso teoria, planejamento e método”.

As Funções Diagnóstica, Formativa e Somativa da Avaliação devem coexistir em todo o processo de construção da aprendizagem, para favorecer um ensino-aprendizagem de qualidade, e a práxis, com troca de saberes entre professor e aluno. As Dimensões que permeiam o ato de avaliar: Dimensão humana; emocional e ética; Dimensão pedagógica e instrumental; Dimensão corporal-ritual. A dimensão humana da Avaliação Institucional reside no trabalho das CPAs, que é importante meio para o professor e os gestores da instituição reavaliar sua prática, seus objetivos e métodos pedagógicos, na busca da qualidade na educação.

Quando adentramos na questão das contribuições da avaliação institucional para o planejamento e a gestão dos diversos saberes, é percebida e vivenciada nas escolas e universidades, ainda. A cooperação que predomina nas escolas, hoje, é de manutenção da avaliação, como forma de classificação por meio de provas e notas, mesmo que muitas vezes o ônus pelo fracasso seja debitado ao aluno.

O processo de avaliação deve ser visto de forma global e tratado com uma sistemática consensual e de forma contínua, em que a Avaliação Institucional arruma e dá condições a atividades de ensino, pesquisa e contribui de forma significativa na extensão e gerenciamento da instituição. Com essa sistematização, abre as portas para uma excelente administração, em que toda a comunidade escolar se agrupa, para uma reflexão sobre a avaliação da aprendizagem.

Infelizmente, muitas vezes não se consegue perceber a importância dessas discussões. Nessas reuniões, não é percebido que a avaliação pode ir além dos muros da instituição. É vista e aplicada de forma arcaica, e avaliações são aplicadas aos alunos só para se obter resultados de interesse político e não-pedagógico. Da mesma forma, essas avaliações dentro do seu nível, são aplicadas à direção da instituição e ao corpo docente, diagnosticadas como inclusiva ou de classificação excludente.

Concordamos com LIRA et al. apud Dias Sobrinho (2012, p. 61) reconhecendo que:

“A Avaliação é um processo de grande relevância para o crescimento de uma Instituição de Ensino Superior - IES, os resultados servem de base para o planejamento estratégico, o que proporciona mudanças na IES que precisa garantir um Padrão de Qualidade e para assegurar essa qualidade, necessita de avaliações de forma sistemática envolvendo os processos de ensino, pesquisa e extensão, segmentos técnico-administrativos, corpo docente e discente”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazendo uma avaliação das ideias dos três autores analisados, devemos ressaltar a qualidade dos textos, quanto ao aprofundamento e coerência em relação às Contribuições da Avaliação Institucional para o Planejamento e a Gestão dos Diversos Saberes, tendo como objetivo o desenvolvimento da escola. A finalidade deste artigo não foi tratar estes temas como se pioneiros fossem, pois muitos autores pesquisaram estes mesmos temas, como vivenciadores da causa, e de forma inigualável.

O objetivo foi o de proporcionar o confronto das ideias em um texto e contexto da avaliação institucional, buscando uma nova mentalidade ao interior das instituições de ensino em que haja uma reflexão coletiva que leve todos a primar pela qualidade do ensino e sua constante autoavaliação.

Concluimos que os arquivos científicos aqui estudados qualificam com profundidade os aspectos da avaliação qualitativa, trabalhando, também, os aspectos quantitativos. Para se ter um grande resultado na educação brasileira, tanto no ensino básico, fundamental, médio e superior, essas ações têm que ser conduzidas de forma flexível, transparente, num processo conjunto.

O que se observa como consenso entre os autores ABREU JÚNIOR, BRANDALISE, e

SOUZA quanto ao conceito de Avaliação Institucional e seus objetivos, no Brasil, é que têm como previsão de ação a avaliação formativa, que proporciona dados específicos acerca do desenvolvimento de um processo voltado para o ensino. O mesmo, tem como finalidade organizar e conduzir a prática pedagógica dos professores (educadores), corroborando com as posturas onde a avaliação se encontra no centro do processo educativo.

Pretendeu-se neste trabalho fazer um avaliação da qualidade dos textos e o aprofundamento dos temas propostos, considerando-os de grande importância para a avaliação institucional brasileira para o desenvolvimento da escola.

Os artigos e resenha de ABREU JÚNIOR, BRANDALISE e SOUZA, salientam que a avaliação institucional deve contribuir para o Planejamento Político Pedagógico, devendo ter contribuição da comunidade escolar. E que a escola pode se autoavaliar por meio de: avaliação externa, onde a escola presta informações dos cursos aos avaliadores do MEC; e avaliação interna, onde o corpo gestor avalia a estrutura da escola, seus objetivos enquanto produtora do saber, e avaliação da aprendizagem do aluno, em sala de aula.

Tem que ser refletida e absorvida pelos educadores, uma filosofia do ensinar e do aprender nos segmentos de ensino no Brasil. Temos muito ainda que praticar e aperfeiçoar as técnicas no ensino- aprendizagem. O Brasil a cada dia aumenta a sua população, as instituições superlotadas, os docentes precisando de reciclagem para transmitir essa nova visão de mercado voltado para o ensino, e poder acompanhar a visão cultural pedagógica dos países de primeiro mundo. Observamos, também, que é preciso ter cuidado para não ficar obsoleto e não poder formar profissionais capazes de contribuir com o desenvolvimento do país.

REFERÊNCIAS

ABREU JÚNIOR, Nelson de. Sistema(S) de Avaliação da Educação Superior Brasileira. Cad. CEDES Campinas vol.29 no.78, p.257-269, May/Aug. 2009.

ALAIZ, Vitor. GÓIS, Eunice. GONÇALVEZ, Conceição. Auto-avaliação de escolas: pensar e praticar. Porto: Edições Asa, 2003. In BRANDALISE, Mary A. T. Avaliação institucional da escola: conceitos, contextos e práticas. 2013.

ANDRADE, Helder N. Gestão democrática como eixo para garantir a qualidade da educação. APEOC. 25 Setembro 2012. Disponível em <<http://www.apec.org.br/opiniaio/5515-gestao-democratica-como-eixo-para-garantir-a-qualidade-da-educacao-possibilidades-para-a-experiencia-democratica-realizada-pelos-conselhos-escolares.html>>. Acesso em 10 ago 2014.

BONNIOL, J, J. VIAL, M. Modelos de avaliação: textos fundamentais. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001. In BRANDALISE, Mary A. T. Avaliação institucional da escola: conceitos, contextos e práticas. 2013.

BRANDALISE, Mary A. T. Avaliação institucional da escola: conceitos, contextos e práticas. 2013.

BRASIL, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAIS : Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em 10 ago 2014.

BRUNO, Deusa da C. ROSA, Marcelo G. da. A qualidade do ensino superior no brasil. A Mensuração pelos Padrões de Qualidade e Condições de Oferta. UNIVERSO - Universidade Salgado de Oliveira. São Gonçalo RJ. Disponível em <<http://www.sbec.org.br/evt1999/05.doc>>. Acesso em 10 ago 2014.

CHAVES, Sandramara M. Avaliação da Aprendizagem no Ensino Superior: Realidade, Complexidade e Possibilidades. – UFG. Disponível em <<http://www.estef.edu.br/zugno/wp-content/uploads/2011/03/avaliacao1.pdf>>. Acesso em 14 ago 2014.

CPA/IFPE - Comissão Própria de Avaliação – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Pró-Reitoria de Ensino. Regimento Interno Da CPA do IFPE. 2010. Disponível em <http://barreiros.ifpe.edu.br/userfiles/file/REGIMENTO%20INTERNO_CPA%202009-2010.pdf>. Acesso em 28 ago 2014.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação como instrumento da formação cidadã e do desenvolvimento da sociedade democrática: por uma ético-epistemologia da avaliação. In: RISTOFF, Dilvo I.; ALMEIDA JR., Vicente de Paula (Org.). Avaliação participativa: perspectivas e debates. Brasília: INEP, 2012. p. 15. In: LIRA, A. de M.; OLIVEIRA, J. A. de.; SILVA, J. da.; ALCANTARA, M. M. L. F.. Avaliação

Institucional na Faculdade Santo Agostinho: processo e perspectiva. Disponível em <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/seminarios_regionais/trabalhos_regiao/2013/nordeste/eixo_1/avaliacao_insitucional_facul_santo_agostinho_processo_perspectivas.pdf>. Acesso em 12 ago 2014.

DICIO: Dicionário Online de Português, definições e significados de mais de 400 mil palavras. Todas as palavras de A a Z. Dicionário online de português. Reciclagem. 2009 – 2014. Disponível em <<http://www.dicio.com.br>>. Acesso em 18 ago 2014.

FERNANDES, Maria Estrela Araújo. Avaliação institucional da escola e do sistema educacional: base teórica e construção do projeto. 2. Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. In

BRANDALISE, Mary A. T. Avaliação institucional da escola: conceitos, contextos e práticas. 2013.

FERNANDES, Rosângela; STRIEDER, Roque. Avaliação: revendo ações e conceitos. 2003. Unoesc & Ciência – ACHS, Joaçaba, v. 1, n. 2, p. 121-130, jul./dez. 2010, pág. 127. Disponível em <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/achs/article/viewFile/562/pdf_71>. Acesso em 12 ago 2014.

GADOTTI, Moacir. Avaliação Institucional – necessidades e condições para sua realização. 1999. Disponível em: <http://www.drb-assessoria.com.br/Avali_Institucional.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2014.

G1 EDUCAÇÃO. Royalties vão injetar R\$ 368 bilhões na educação em 30 anos, diz ministro. 11/09/2013 - Atualizado em 11/09/2013. Folha de São Paulo. Disponível em <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/09/royalties-vaoinjetar-r-368-bilhoes-na-educacao-em-30-anos-diz-ministro.html>>. Acesso em 12 ago 2014.

IFMG-CAMPUS BAMBUÍ. Projeto Pedagógico do Curso de pós-graduação lato sensu em educação Profissional integrada à educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos – Especialização proeja, 2ª Turma. Bambuí-mg. Janeiro de 2010. Disponível em <<http://www.cefetbambui.edu.br/portal/files/Projeto%20Pedag%C3%B3gico.pdf>>. Acesso em 25 ago 2014.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Avaliação das Instituições de Educação Superior. Brasília-DF. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional>. Acesso em 16 ago 2014.

----- . Avaliação Institucional na Faculdade Santo Agostinho: processo e perspectiva. Brasília-DF. Disponível em <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/seminarios_regionais/trabalhos_regiao/2013/nordeste/eixo_1/avaliacao_insitucional_facul_santo_agostinho_processo_perspectivas.pdf>. Acesso em 16 ago 2014.

----- . Censo da Educação Superior. 2011. Brasília df. Disponível em a Industrial CEP: 70610- DF <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior>>. Acesso em 16 ago 2014.

----- . O que é o Saeb. Brasília-DF. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/saeb>>. Acesso em 16 ago 2014.

LIRA, Atila de M.; OLIVEIRA, Josimar A. de.; SILVA, Jovina da; ALCANTARA, Mônica Maria L. F. Avaliação Institucional na Faculdade Santo Agostinho: processo e perspectiva. 2011. Disponível em <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/seminarios_regionais/trabalhos_regiao/2013/nordeste/eixo_1/avaliacao_insitucional_facul_santo_agostinho_processo_perspectivas.pdf>. Acesso em 16 ago 2014.

LUCKESI, Carlos C. Avaliação da aprendizagem escolar - componente do ato pedagógico (informação verbal). Cortez Editora – Café da manhã e bate-papo. Jan. 2013. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=RhkPt52tSUI>>. Acesso em 16 ago 2014.

_____. Avaliação da aprendizagem escolar: reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003. In FERNANDES, Rosângela; STRIEDER, Roque. Avaliação: revendo ações e conceitos. 2003. Unoesc & Ciência – ACHS, Joaçaba, v. 1, n. 2, p. 121-130, jul./dez. 2010, pág. 127. Disponível em : <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/achs/article/view-File/562/pdf_71>. Acesso em 12 ago 2014.

MEDEL, Cássia R. M. de A. A Avaliação da Aprendizagem nos dias de Hoje: Um educador motivado pela vocação, forma alunos motivados pelo senso de organização. Disponível em: < http://sitedediccas.ne10.uol.com.br/art_avaliacao.htm>. Acesso em 20 ago 2014.

MELLO E SOUZA, A. Gestão da escola e qualidade da educação. in Reis Velloso, J.P., Albuquerque, R.C. e Knoop, J. coords. Políticas sociais no Brasil: descentralização, eficiência e equidade. Rio e Janeiro: INAE/ILDES, 1995. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a08>>.

pdf>. Acesso em 20 ago 2014.

MELLO E SOUZA; Alberto de. COSTA; Marly de A. Reformas do ensino básico: tendências e limites. Scielo Brasil. Ensaio: aval.pol.públ.Educ. vol.17 no.64 Rio de Janeiro July/Sept. 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v17n64/v17n64a05.pdf>>. Acesso em 18 ago 2014.

MÜLLER, Ademir. Avaliação Institucional da Gestão Escolar na Escola Pública: a democracia no processo decisório. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

OLIVEIRA, Sérgio G. Projeto Pedagógico e Regimento Escolar. (Revisado E Atualizado Para O Ano Letivo De 2014 Em Outubro De 2013). Escola Da Serra Belo Horizonte, Minas Gerais. Disponível em <<http://www.escoladaserra.com.br/uploads/file/Projeto%20Pedag%C3%B3gico%202014%20-%20Oficial.pdf>>. Acesso em 22 ago 2014.

PESSOA, Eudes André. A Constituição Federal e os Direitos Sociais Básicos ao Cidadão Brasileiro. Revista Âmbito Jurídico. Constitucional. Revista jurídica eletrônica mensal - Nº 120 - Ano XVII - JANEIRO/2014 - ISSN - 1518-0360. Disponível em <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9623>. Acesso em 21 ago 2014.

RISTOFF, D.; GIOLO, J. O SINAES como sistema. Revista Brasileira de Pós-Graduação, Brasília, DF, v. 3, n. 6, p. 193-213, dez. 2006. In ABREU JÚNIOR, Nelson de. Sistema(S) de Avaliação da Educação Superior Brasileira. Cad. CEDES, Campinas vol.29 no.78, p.257-269, Maio/ago. 2009.

SORDI, Mara R. L. de; LUDKE, Menga. Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas) Avaliação (Campinas) vol.14 no. 2 Sorocaba July 2009. SCIELO Brasil. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1414-40772009000200005&script=sci_arttext>. Acesso em 20 ago 2014.

SOUSA, S.Z. Avaliação Institucional: elementos para discussão. In: O Ensino Municipal e a Educação Brasileira, Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. São Paulo:SME, 1999.

SOUSA, Sandra Zákia L. Debater é preciso. In: Avaliação educacional - em busca de critérios justos - a construção de uma ação significativa. Revista Escola Pública - Editora Segmento, p. 16 - 29, set/2011.

YARZABAL, L.; VILA, A.; RUIZ, R. Avaliar para transformar. Caracas:IESALC/UNESCO, 1999.
In ABREU JÚNIOR, Nelson de. Sistema(s) de Avaliação da Educação Superior Brasileira. Cad. CE-
DES Campinas vol.29 no.78, p.257-269, May/Aug. 2009.